COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 59 DEZEMBRO 1990

Pela primeira vez em Portugal comunidade timorense sai à rua

Pela primeira vez em 15 anos, tantos quanto dura a sua diáspora, a comunidade timorense radicada em Portugal saiu, por sua iniciativa, à rua a lembrar aos portugueses o significado da data de 7 de Dezembro.

A Fretilin e a Solidariedade também levaram a cabo iniciativas nesta passagem de mais um Dia Internacional de Solidariedade com Timor-Leste e até o MNE se lembrou, e bem, da data ...

Cerca de 250 manifestantes, na sua maioria jovens, concentraram-se defronte da Assembleia da República onde entregaram um manifesto aos deputados da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. Nesse documento, os manifestantes expressavam o seu "**total repúdio e condenação (...) pelo sistema de javanização imposto pelo ditador e sanguinário Suharto, exterminando a nossa cultura e o nosso povo, (...) pelo repovoamento do território (...) por javanêses através do processo de transmigração, (...) pela expropriação das riquezas nacionais e exploração das riquezas de Timor-Leste, nomeadamente petróleo (...)**". Expressavam também "**tristemente**" a sua "**admiração: (...) pelos auxílios militar, diplomático e económico concedidos pelas superpotências, países do ocidente, acérrimos defensores dos direitos humanos e outras nações, à Indonésia para executar o seu plano macabro de exterminar o povo de Timor-Leste**". Os manifestantes terminavam o seu documento lançando vários apelos, entre os quais um dirigido "**ao Senhor Presidente da República Portuguesa, ao governo e à Assembleia da República para a observação e execução do Artigo 293 da Constituição (...) e a não esquecerem em todas as instâncias internacionais o problema de Timor-Leste**" e outro dirigido "**à juventude indonésia para uma consciencialização da justa luta do povo de Timor-Leste, tomando iniciativas próprias junto do governo indonésio para a solução dos problemas do povo de Timor-Leste**".

Alguns deputados da CE juntaram-se na rua aos manifestantes a quem exprimiram a sua solidariedade, tendo o seu presidente Sousa Lara na ocasião expressado o seu apoio "**à luta pela justiça, liberdade e independência dos timorenses**". Uma delegação dos manifestantes foi recebida na residência oficial do Primeiro Ministro (nesse dia em visita ao norte do país) onde entregaram um exemplar do Manifesto.

A manifestação, muito bem organizada, com os participantes ostentando diversos panos onde se liam inscrições como «Timor

= a Koweit» e «Timor reconhece o trabalho desenvolvido pela soberania portuguesa», terminou entre gritos de alegria dos jovens, profundamente emocionados pelo bom desenrolar dos acontecimentos.

A iniciativa chegou a estar comprometida pois, segundo fontes da AR, nas vésperas da sua realização teriam sido recebidas informações naquele órgão de soberania avisando que os manifestantes pretenderiam desafiar e humilhar as autoridades portuguesas. O contacto, porém, com os promotores da mesma permitiu confirmar o sem fundamento daquelas informações.

As organizações nacionalistas tradicionais - UDT e Fretilin - convidadas a participar na manifestação recusaram fazê-lo. Abílio Araújo, entrevistado para a Rádio Comercial, afirmou que a não participação da Fretilin se devia a divergências políticas com os organizadores. Ignoram-se quais os motivos que levaram a idêntica tomada de posição por parte da UDT.

NESTE NÚMERO:

- **Comunidade timorense sai à rua**
- **Xanana Gusmão: "A Guerra continua"**
- **Natal, negro Natal**

SEMANA CULTURAL NA FACULDADE DE LETRAS

Entretanto a Fretilin, através da sua Fundação Austronésia Borja da Costa, organizou, em colaboração com a Associação de

Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, uma "Semana de Timor-Leste" que decorreu entre os dias 3 e 7 de Dezembro. A Semana, que integrou vários colóquios, em que participaram Eduardo Roxo, Fernando Sylvan e Olímpia Campagnolo, e um almoço timorense, terminou com um recital de poesia e a apresentação da peça de teatro "Beileira" (construída a partir de 3 lendas da tradição oral timorense) na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

"SAUDAÇÕES DE VIVA VOZ PARA XANANA GUSMÃO"

Foi com este título que o **Diário de Notícias** de 7 de Dezembro divulgou a iniciativa da CDPM para assinalar o Dia Internacional de Solidariedade com o povo de Timor-Leste: o envio de mensagens, em viva voz, para a Resistência armada personificada pelo seu dirigente máximo, o comandante Xanana Gusmão.

Diversas personalidades, dos mais variados quadrantes da vida política e cultural portuguesa, foram convidados a participar nesta iniciativa que teve como ponto de partida a própria experiência do Comando da Luta no interior do território, que utiliza as gravações como forma de transmitir as suas orientações e reflexões aos combatentes nas cidades ocupadas e em território inimigo.

Das cerca de 15 individualidades contactadas apenas 6 enviaram mensagens, tendo outras tantas afirmado que o fariam mas não o tendo chegado a fazer. Não deixa de ser curioso que os primeiros a mostrar disponibilidade e a responder ao solicitado tenham sido os políticos, enquanto os chamados «homens/mulheres da cultura» mostraram muito embaraço e timidez em afrontar este desafio. Excepções foram o maestro António Vitorino de Almeida - **"como músico, como artista, como pessoa que talvez tenha algum acesso à opinião pública, vou continuar a tentar alertar para o vosso caso"** - a escritora (e deputada) Natália Correia - **"tenho por imoralidade nacional não se bradar bem alto, por entre a grita que suscitou a invasão do Koweit, a indignação de continuar a população de um território que permanece sob a administração portuguesa, a ser massacrada pelo invasor"** - e o arquitecto Nuno Teotónio Pereira - **"a vossa luta é uma manifestação superior da dignidade do homem"**.

Quanto aos políticos, Carlos Pimenta - eurodeputado pelo PSD - garantiu que **"Portugal não há-de desistir enquanto Timor-Leste não for independente e livre"**, considerando o acordo sobre o «Timor Gap» entre a Indonésia e a Austrália para a exploração conjunta do petróleo do Mar de Timor **"uma vergonha"**, **"uma prova de como, por um punhado de dólares, alguns países vendem a liberdade de um povo"**. Quanto a Barros de Moura - eurodeputado pelo PCP - começou por saudar o povo de Timor-Leste e o comandante Xanana Gusmão, exprimindo **"em particular uma profunda solidariedade com os jovens estudantes que têm transportado o protesto de todo um povo às escolas e às ruas de Dili"**; após recordar algumas iniciativas a nível do PE em que participou, terminou afirmando que **"temos orgulho da vossa valentia perante a arrogância do opressor indonésio"**. Por sua vez Lucas Pires - eurodeputado pelo CDS - depois de considerar que **"deve ser única no mundo uma luta tão desproporcionada e tão persistente em zonas tão isoladas e longínquas"**, afirmou acreditar que **"numa altura em que as Nações Unidas lutam para preservar as fronteiras do Koweit, o apelo [ao direito e à liberdade] tem mais condições para ser entendido e ecoado através do mundo"**.

MNE: REITERADO O EMPENHO NA LUTA PELA AUTODETERMINAÇÃO

Também pela primeira vez em 15 anos de ocupação de Timor-Leste pela tropa indonésia, o MNE português emitiu uma declaração no dia 7 de Dezembro a propósito desta questão.

Nessa declaração, o ministro Deus Pinheiro reitera o empenho do governo português **"à luz das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição e das suas responsabilidades internacionais, em prosseguir, de forma sistemática e em todas as instâncias possíveis, os seus esforços políticos e diplomáticos para salvaguardar o direito do povo de Timor-Leste a escolher livremente o seu destino político, os seus direitos humanos e liberdades fundamentais, a sua identidade própria"**.

Saudando em nome do governo os timorenses que **"sofreram e morreram, tantas vezes anónima e inocentemente, [illegible] resultado da violência que sobre eles se abateu"**, Deus Pinheiro lembra que **"o invasor esperava um êxito fácil e rápido, criando um facto consumado que poucos anos depois já quase ninguém lembraria"**. Porém, **"em vez da passividade esperada, o ocupante tem tido que defrontar-se com uma tenaz resistência armada, na altura julgada praticamente impossível, que não foi capaz de submeter"**, a que se juntaram nos últimos tempos e apesar da **"repressão impiedosa que durante estes anos se abateu (...) corajosas acções de protesto por parte da população civil, em especial da juventude, que praticamente não conheceu outro regime que não o da ocupação indonésia"**.

"A história recente mostra - diz mais à frente o MNE - **que as ordens estabelecidas à custa dos direitos fundamentais dos povos e das pessoas são, afinal, frágeis e veneráveis"**, acrescentando que **"o tempo se encarrega de as abalar e correr quando a razão e o direito estão do lado das suas vítimas"**.

"A reacção com que se defrontou a invasão e ocupação do Koweit veio lembrar, subitamente, o valor prático do respeito pelas regras universais de convívio pacífico entre os países e os povos, a gravidade de violações análogas ocorridas [illegible] passado perante a complacência geral" e trazer **"à actualidade o drama do povo de Timor-Leste e encorajá-lo na luta pela sua liberdade e dignidade"**, diz a terminar a declaração do ministro Deus Pinheiro. A Assembleia da República também aprovou, por unanimidade, uma resolução no sentido de o dia 7 de Dezembro passar a ser considerado o Dia Nacional de Solidariedade com Timor-Leste. □

Xanana Gusmão:
"A guerra continua, da ponta leste até à fronteira"

Em Outubro passado Robert Domm, australiano, esteve alguns dias em Timor-Leste. Aparentemente nada o distinguia das várias centenas de visitantes estrangeiros que aproveitando a «abertura» parcial do território em Janeiro de 1989, por lá têm passado desde então em turismo ou prospecção de negócios.

Na realidade, Domm tinha objectivos muito diferentes. Contando com o apoio da bem estruturada rede de resistência clandestina, foi infiltrado através das linhas militares avançadas indonésias, internando-se no coração das montanhas, onde os guerrilheiros têm as suas bases. Aí, conversou demoradamente com o mítico chefe da resistência timorense, Xanana Gusmão. São extractos dessa entrevista, publicada em 25 de Outubro nos diários australianos **World News**, **The Age** e **Sidney Morning Herald**, e ainda inédita em Portugal, que aqui revelamos. Voltaremos brevemente à segunda parte da entrevista.

10 A 15 MIL SOLDADOS INVASORES

Qual a situação militar em Timor-Leste?

Ao fim de quinze anos, evidentemente todos percebem que na ausência de qualquer apoio externo, não podemos pensar em grandes êxitos militares contra o inimigo. A situação actual, do lado indonésio, tem sido de constante actividade militar, visando sufocar a resistência. O que fazemos é tentar neutralizar, encaixar cada golpe que o inimigo nos infere.

Qual o efectivo militar indonésio em Timor-Leste?

Neste momento, poderíamos estimá-lo entre 8 a 10 batalhões, 10 a 15 mil homens. Quando pretendem lançar uma grande ofensiva, o número aumenta.

Como são conduzidas as operações indonésias?

Evidentemente todos os tipos de ofensiva que o inimigo lança têm por objectivo a nossa exterminação. Em 1981, a Indonésia lançou uma ofensiva contra praticamente toda a população de Timor-Leste. Em 1983/4 realizaram uma de outro tipo, com todo o seu arsenal bélico.

Posteriormente em 1986/7, usaram tropas de élite, forças especializadas em contra-insurreição, altura em que começaram a praticar, como Benny Murdani dizia, a "guerra de guerrilhas territorial". Tal implicou a dispersão das suas forças, que eles reduziram a pequenos grupos. Em 1988, lançaram uma nova ofensiva, novamente com recurso a grandes efectivos. Desde então, a Indonésia reduziu o número de militares e utiliza prioritariamente tropas timorenses para acções de contra-insurreição.

Quais são as tácticas empregues pelas tropas indonésias?

Agora estão a utilizar a contra-insurreição territorial. Isto cria dificuldades à guerrilha em desenvolver as suas próprias iniciativas, pois temos um inimigo permanente, fixo. Ele não tem volume ou quantidade real e não sabemos o quê confrontar. Temos a sensação que o inimigo está em toda a parte.

Na Austrália ouvimos muitos relatos de atrocidades indonésias no passado. As tropas indonésias, segundo a sua própria experiência, adoptaram esse tipo de tácticas?

Sim, em particular contra a resistência, devemos dizer que os indonésios não agem doutra forma. Decapitam os guerrilheiros, torturam-nos no terreno.

ESTRATÉGIA MILITAR INDONÉSIA CRIA DIFICULDADES

Como utilizam os indonésios os naturais de Timor nas suas operações contra a resistência?

Há um certo número de forças locais. Elas estão preparadas para localizar a resistência. Há um outro tipo de forças, a segurança local ou «hansips». São usadas no apoio operacional em determinadas áreas, quando grandes operações decorrem noutras áreas. Ultimamente os «hansips» estão a ser reagrupados em novos batalhões. Estes «hansips» recebem agora treino militar.

Inscrevem-se voluntariamente ou são recrutados à força?

Essa é a questão delicada. Todos os «hansipis», sejam velhos ou jovens, se tiverem experiência prévia, são recrutados.

Quais as vossas estratégias no combate às tropas indonésias?

Adoptamos as nossas estratégias em consonância com as estratégias indonésias. Com a sua estratégia de contra-insurreição nós estamos a adoptar uma estratégia para poupar homens e materiais. (...) isso significa que actualmente estamos apenas a tentar neutralizar os ataques do adversário. Ao longo dos anos não temos mudado muito de estratégia.

A primeira fase foi de defesa. Estávamos, de facto, a defender posições. Perdemos as bases de apoio em 1977/78 e a partir daí alteramos alguns planos.

Inicialmente, com um maior número de tropas, tentámos tirar partido desse facto, reabastecendo-nos com as armas e munições que íamos capturando. Ultimamente, temo-nos limitado a tentar poupar homens e equipamentos.

Quer dizer que a vossa estratégia não é confrontar os indonésios, mas se surgir alguma oportunidade para capturar equipamento, aproveitam-na?

Sim. Actualmente, como eles usam pequenos grupos espalhados, não temos um único inimigo, mas vários. Obviamente, quando saímos em busca de uma oportunidade, estamos melhor preparados para ser bem sucedidos. Preparamos bem as condições. Aí, podemos montar uma emboscada, nunca com menos de cinco homens nem com mais de dez.

Que consequências é que a guerra teve sobre a população civil?

Consequências tremendas, uma vez que causou muitas mortes, infligiu um imenso sofrimento ao nosso povo. Todas as atrocidades de que ouviram falar no exterior, são apenas uma parte insignificante do que acontece de facto em Timor-Leste. É realmente difícil dar-lhe uma ideia da dimensão do impacto.

Quando afirmamos que a resistência popular continua, estamos realmente a dar a verdadeira noção das consequências desta guerra.

Têm chegado informações à Austrália segundo as quais cerca de 100 mil civis teriam perecido em consequência dos combate, bem como de fome e doença, nos últimos 15 anos.

Creio que mais de 200 mil.

25 A 30 MIL INDONÉSIOS ABATIDOS, UMA GUERRA INABALÁVEL

Consegue estimar quantas baixas as tropas indonésias terão sofrido nesse período?

Não lhe posso dar um número exacto. Para fazer uma estimativa, poderíamos falar entre 25 e 30 mil.

Quais foram as vossas baixas?

É preciso dizer que sentimos as nossas baixas enormemente. Obviamente, é fácil entender que somos um exército pequeno e fraco.

Têm capacidade para montar ataques a cidades?

Militarmente somos muito realistas, não sonhamos com grandes ofensivas. A nossa estratégia é condicionada pela do ocu-

pante, é por isso que o nosso lema é «Resistir é vencer» e não «aniquilá-los é vencer».

Há já quinze anos que vêm mantendo uma guerra de guerrilhas. Vêem hipóteses de ele continuar por mais tempo?

Se o mundo entende por guerra de guerrilhas uma confrontação armada, está errado. A propaganda do inimigo tem sido sempre essa, de que desde a perda das nossas bases nas montanhas, a situação é muito mais estável. Teria sido essa a razão que permitiu a política de «abertura» em Timor-Leste. Mas a guerra continua, de Tutuala [na ponta leste] às regiões fronteiriças [a oeste].

Quais são as dificuldades na condução de uma guerra de resistência?

O papel das comunicações é muito importante. Ultimamente temos tido dificuldades ainda maiores, devido à natureza das actividades do inimigo - a dispersão de pequenos grupos em todas as possíveis direcções de determinada zona. Mas as organizações clandestinas têm conseguido avisar-nos a tempo. Devemos ser o único exército de guerrilha com tantas dificuldades em todos os aspectos - no da nossa própria subsistência, na saúde, na nossa própria capacidade para aguentar os recursos humanos adequados.

Mas é preciso afirmar que é a nossa motivação política que nos mantém nesta guerra, ela é demasiado grande para que a percamos, a nossa moral é inabalável. Se depois de termos resistido ao longo de já 15 anos, somos ainda capazes de gritar que estamos decididos a vencer, é porque o nosso povo o exige e a nossa pátria no-lo pede. Acredito que todos compreenderão que as nossas dificuldades não são verdadeiramente sentidas como tal, apenas fortalecem a nossa unidade, a nossa determinação. □

NATAL, NEGRO NA TAL

Nos últimos meses deste ano, a imprensa internacional - **New York Times**, **Le Monde**, **Financial Times**, **Independent** e **Irish Times**, entre outros - têm denunciado o clima de terror que impera hoje em Timor-Leste.

Uma carta chegada recentemente à Austrália, enviada por alguém que vive em Dili, dá conta deste clima:

"Aumentou muito mais e generalizou-se mais largamente o terror contra jovens e estudantes. Estes são agora o inimigo número um. A polícia e grupos para-militares (formados por indonésios e timorenses que trabalham para os indonésios), assaltam repentinamente as casas de noite, batem nas pessoas sem mais explicações com paus ou ferros e a seguir são levadas para os locais de tortura onde se segue toda a espécie de pancadaria e pontapés por todo o corpo; é como um amachucar ou pisar de corpos «no lagar» do terror e da tortura, para que falem, para que possam ser procurados outros e serem igualmente torturados. (...) Nas povoações estão a ser preparados dezenas de «figurantes» (mandados) para, na devida altura, serem mandados «correr» com berros, cartazes, setas e azagaias, os tímidos delegados (delegação dos parlamentares portugueses ou outras delegações) que «ousarem» vir «observar» o paraíso. Um sinistro lençol de tristeza e de morte e de terror que os indonésios vão estendendo sobre o povo, para completar um novo capítulo de morte e desaparecimento, sem comover ninguém, mesmo que chegassem as anunciadas visitas para este ano ou para o próximo ano. (...).

Nos dias 4 e 15 de Outubro de 1990 a situação piorou muito. Primeiro foi na Escola Média do Bairro Pité/Dili e a seguir na Escola Média Paulo VI (católica). A polícia começou a prender pais e filhos de noite, à meia-noite, às 2 horas da manhã. Muitos não sabemos o paradeiro deles. No Hospital Militar estão várias pessoas meio mortas. Não se podem visitar. Circula uma fúria e ódio que não se imagina da parte da população e estudantes. Já não se controla a juventude; esta está disposta a morrer e querem ir para a frente. A situação agrava-se, o descontentamento é geral'.

Uma carta enviada por um funcionário do Foreign & Commonwealth Office (Grã-Bretanha) a Lord Avebury, em fins de Novembro, a propósito da visita de um grupo de conselheiros diplomáticos das embaixadas de 10 países em Jacarta - Grã-Bretanha, França, Alemanha, Holanda, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Singapura e Coreia do Sul - que visitaram Dili, Baucau e Lospalos entre 15 e 19 de Outubro passado, confirma este clima.

Segundo fontes deste grupo - que se deslocou ao território por sua iniciativa -, por detrás da aparente quietude vive-se em Timor-Leste um ambiente dominado pela insegurança, o medo e a violência. A situação ter-se-ia agravado a partir de Setembro último, altura a partir da qual ocorreram várias manifestações, reprimidas com brutalidade pelo exército indonésio.

Duas destas situações são relatadas na carta a Lord Avebury. No dia 8 de Outubro, o Acusador Público local, um javanês, numa palestra aos estudantes de uma escola média teria afirmado que no tempo dos portugueses os timorenses andavam mal vestidos, mal alimentados e não tinham educação, tudo coisas que tinham sido dadas pelos indonésios após a integração. Os estudantes reagiram violentamente a estas afirmações, impedindo o Acusador de continuar a sua «palestra». A polícia foi chamada e seguiram-se confrontos, com os estudantes ocupando o edifício e quebrando os vidros das janelas. Ao terceiro dia de violência sobre os jovens o governador Carrascalão intercedeu a seu favor junto dos militares.

Outro incidente relatado pelo funcionário do Foreign Office deu-se no dia 15 de Outubro numa outra escola de Dili, em resultado da circulação de um panfleto clandestino apelando à independência de Timor-Leste. A polícia foi, mais uma vez, chamada e um estudante foi por ela espancado. "**Numa aparente vingança** - diz a carta a Lord Avebury - **um motociclista da polícia que se encontrava próximo do desenrolar dos acontecimentos foi atacado por alguns jovens/estudantes e gravemente ferido, tendo a sua motocicleta sido incendiada e a sua pistola roubada. As autoridades reagiram rapidamente com «raids» nocturnos a casas de estudantes e outros, na tentativa de recuperar a pistola. Recebemos informações de casas arrombadas, espancamentos, pessoas levadas para locais desconhecidos e uma informação não confirmada de que 5 pessoas teriam sido mortas num lugar**".

E o funcionário do Foreign Office termina, garantindo: "**continuaremos, com os nossos parceiros, a insistir junto dos indonésios para usarem de moderação**". □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317